

# O PANORAMA POLÍTICO

UM FOCO ANALÍTICO SEMANAL SOBRE O PLANALTO E A POLÍTICA

BRASÍLIA, 24 DE MARÇO DE 2021

POR MÁRCIO FERNANDES

## EM BRASÍLIA: PANDEMIA E CRISE POLÍTICA ENTRAM EM NOVA E GRAVE QUADRA

Há uma semana – em *live* realizada pela *Ohmresearch* para tratar das atuais incertezas políticas e os mercados no Brasil –, alertamos que o panorama político brasileiro se encontrava marcado por grande volatilidade e que, por isso, cenários deveriam ser revisados em intervalos temporais cada vez menores. Na ocasião, explicamos que esta necessidade de reavaliação periódica era relacionada ao fato de estarmos vivendo um momento de reposicionamento de atores políticos fundamentais, todos eles submetidos à dramaticidade derivada da sensação de descontrole das crises pandêmica e econômica. Geralmente, em contextos marcados pelo compartilhamento do sentimento de incerteza, o surgimento de *variáveis intervenientes* tende a ser maior. Na Análise de Risco Político, chamamos de *variáveis intervenientes* aqueles acontecimentos ou fenômenos até então desvalorizados ou não reconhecidos em seus reais pesos pelos atores em interação. Após surgimento, as *variáveis intervenientes* interferem no equilíbrio do sistema político e estimulam a sua desestabilização. É o que ocorre no Brasil hoje.

Neste sentido, as últimas semanas evoluíram sob a sombra das incertezas decorrentes de três variáveis intervenientes fundamentais:

- 1) A decisão do Ministro Fachin do STF, que anulou as condenações impostas ao ex-Presidente Lula no âmbito da Lava-Jato, restabelecendo seus direitos políticos e possibilitando sua virtual candidatura à Presidência da República em 2022;
- 2) A intensificação da crise pandêmica – que, embora alertada pela comunidade científica, acabou sendo minimizada pelo mundo político após a chegada dos primeiros lotes de vacinas – e a subsequente troca na chefia do Ministério da Saúde;
- 3) As declarações do Presidente Bolsonaro em sua tradicional *live* das 5<sup>as</sup> feiras em que – após ensaiar virtual retorno à sua tática de “distensão” em virtude da anulação das condenações do ex-Pres. Lula – restabeleceu o acirramento das tensões entre o Executivo Federal e os Governadores, frustrando as expectativas de estabilização política alimentadas por lideranças do Congresso e, especialmente, do Centrão.





O último final de semana decorreu sob a sombra da preocupação do mundo político quanto à efetiva capacidade de liderança do Presidente da República ou sua disposição de ao menos permitir uma gestão emergencial compartilhada por Governadores e Congresso para combater a pandemia de Covid-19. Nos corredores de Brasília, finalmente admite-se com certo constrangimento que se perdeu o controle do avanço das contaminações e que o Executivo Federal não terá capacidades de estabelecer um freio de arrumação que sequer controle os índices dramáticos de mortandade que afetam a economia e prostram o país sob sentimento de grande depressão coletiva. A pandemia e a crise política dela derivada entraram numa nova fase e o mundo político tem passado os últimos dias fazendo cálculos quanto ao efetivo papel que o Presidente da República pode ter numa virtual transição entre o momento atual e as eleições de 2022. Caso se consolide percepção de que não existe qualquer alternativa para tal transição sob o mandato do Presidente da República, o Planalto iniciará um flerte perigoso com o perigo.

## NO CONGRESSO: O MUNDO POLÍTICO SE QUESTIONA QUANTO A BOLSONARO

Os dias que se seguiram à decisão do Ministro Fachin (que restabeleceu os direitos políticos do ex-Presidentes Lula) foram vistos como relativamente positivos por lideranças do Congresso e, especialmente, do Centrão. O discurso de Lula e a movimentação das forças políticas ao redor daquele acontecimento fizeram com que o Planalto desse mostras de disposição para buscar a moderação e mesmo a concertação em temas econômicos e sanitários. Neste contexto, atores do Centrão se viram como viabilizadores por excelência desta “tendência ao centro” do Planalto e visavam não apenas reduzir tensões, mas também otimizar ganhos políticos com mais espaços decisórios na Esplanada. No entanto, como dissemos na semana passada, este não é um movimento fácil para o Bolsonarismo, que tem dificuldades em se indispor com setores mais radicais que lhe dão apoio e que possuem fortes representantes no círculo mais íntimo do Presidente da República.

Para o Centrão, a indicação de um novo Ministro da Saúde serviu de termômetro para avaliar a real disposição do Planalto em sentar à mesa da moderação. Neste sentido, a indicação de Ludhmila Hajjar – chancelada pelo Presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL), por Ministros do STF e por Governadores aliados ao Governo – fez as vezes de “balão de ensaio” para a questão. Mais do que acreditar na efetiva aceitação de Hajjar, o Centrão desejou observar o grau de reação do Bolsonarismo radical e analisar a apresentação de um possível nome alternativo por parte do Planalto. Mas, acima de tudo, o que se buscou foi criar justificativas para sinalizar que, caso não fosse atendido na substituição de Pazuello, o Centrão não apenas precisaria ser compensado em outros setores, como também não mais iria avalizar os erros do Governo Federal na área da Saúde. Assim, a confirmação de Marcelo Queiroga para aquela pasta – sob a indicação do Sen. Flávio Bolsonaro (REP/RJ) – significou para Arthur Lira o fortalecimento da percepção de que era necessário distanciar-se um pouco mais do Planalto. Para o Congresso como um todo, tratou-se da consolidação do sentimento de que o Ministério da Saúde continuaria diretamente submetido à influência do Presidente da República e de sua família (o que é avaliado negativamente por importantes personagens do Centrão).





Os dias seguintes foram de sucessivas frustrações para lideranças do Congresso independentes do Bolsonarismo. O falecimento do Sen. Major Olímpio (PSL/SP) após complicações decorrentes da Covid-19 – sem qualquer manifestação pública por parte do Presidente Bolsonaro – teve importante peso simbólico para o Congresso e, mais ainda, para os Senadores. A divulgação de vídeos e de falas do Presidente da República mencionando jocosamente os sintomas da Covid-19 e criticando medidas de isolamento social por parte dos Governadores do Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Sul também colocaram os Chefes dos Executivos estaduais em nova indisposição com o Planalto. O Presidente fragilizou-se mais ainda após a divulgação de carta aberta de importantes economistas e representantes do setor financeiro alertando para a necessidade de medidas efetivas de combate à pandemia em um final de semana marcado por noticiários alertando para a formação de filas de espera para o acesso a leitos de UTI em todo o Brasil, falta de medicamentos para intubação e de oxigênio, estendendo ao país o quadro dramático experimentado por Manaus nas primeiras semanas de janeiro. A rejeição pelo Min. Marco Aurélio do STF de ação proposta pelo Governo Federal para suspender decretos dispendo sobre toque de recolher editados por Governos estaduais significaram nova derrota do (23) pedido à Procuradoria-Geral da República para o oferecimento de denúncia contra o Presidente Bolsonaro pela prática de crimes comuns contra a saúde pública. Todos estes acontecimentos fortaleceram a certeza por parte do Centrão de que sinais de afastamento poderiam ser transmitidos mais claramente ao Executivo Federal.

A 4ª feira (24) iniciou-se com o registro de mais de 298 mil mortos ligados à Covid-19 e média móvel de mais de 2.300 mortos no dia anterior. Ademais, houve frustração diante da fala em cadeia nacional do Presidente da República, que defendeu indiretamente sua pauta de “tratamentos precoces” e não apresentou medidas concretas, operacionais ou estratégicas, para o combate do avanço das contaminações. Internamente, lideranças do Congresso avaliaram que Bolsonaro buscou comunicar-se publicamente mais preocupado com os riscos eleitorais de seu silêncio do que com a necessidade de liderar um processo de controle da pandemia. Em conversas mantidas entre Governadores e parlamentares, avaliou-se que o Presidente demonstrou – voluntariamente ou não – sinais de surpreendente “anestesia” diante do drama sanitário enfrentado pelo país. Representantes da comunidade científica foram buscados nos bastidores e a constatação geral era de ampla decepção.

## AGENDA NO CONGRESSO E “SINAL DE ALERTA”: ENTENDENDO O CENTRÃO

Como mencionamos em nosso último relatório “O Panorama Político”, é preciso entender o conjunto das forças políticas que hoje são o esteio da governabilidade do Governo Bolsonaro. O Centrão é um amálgama de forças políticas predominantemente de Centro-Direita (e, a depender da região, de cariz conservador) que se expressam nacionalmente dando apoio a Governos Federais para poderem reproduzir-se nas esferas locais e estaduais (seus reais redutos de ação e protagonismo políticos). Quando se sentem ameaçadas, estas forças ficam dispostas a tomarem decisões políticas duras, evitando a ruptura do sistema de coalizões que as mantêm como fiadoras da governabilidade nacional.





Dito isto, é importante perceber que setores importantes do Centrão já avaliam que o descontrole do processo pandêmico se tornou institucionalmente perigoso e que o Presidente da República não tem demonstrado disposição (ou capacidade) para controlar o ambiente de forte emergência sanitária e econômica. Por isso, sob coordenação dos Presidentes da Câmara e do Senado, este grupo político decidiu fazer um alerta peremptório ao Planalto: é necessária uma gestão de união nacional, entre os Poderes e as diferentes esferas de Governo, tendente a se concentrar na estabilização da crise pandêmica. Isso significaria concentrar esforços na aquisição e produção de vacinas, no fortalecimento das infraestruturas de cuidado a doentes e na ampla política de ação exterior para conversação com parceiros e fornecedores internacionais de insumos necessários ao combate à Pandemia. Governadores e Prefeitos devem estar livres para decidirem medidas de restrição e isolamento, se assim desejarem. Qualquer sinal nebuloso do Planalto tendente a resistir ou a criar obstáculos a tais medidas será interpretado pelo Centrão como um passo à frente no cadafalso político do Presidente da República. Paralelamente, emissários do Congresso foram enviados para captarem sinais de outros importantes atores políticos (no Judiciário, nas Forças Armadas, entre lideranças do setor produtivo e mesmo em representações diplomáticas em Brasília) para avaliarem os custos de um possível acirramento das tensões entre os Poderes Legislativo e Executivo. Nem todos os emissários retornaram com informações, mas espera-se que seus sinais cheguem em breve.

Na manhã desta 4ª (24), a primeira reunião do “Comitê de Combate à Covid” convocada pelo Presidente Bolsonaro (que contou com a presença dos Presidentes da Câmara, do Senado, do STF, dos Ministros de Estado e de Governadores aliados ao Planalto) foi avaliada friamente pelo mundo político. Percebeu-se como medida contraditória, tendo em vista que o Comitê que suporia “união nacional” acabou por excluir Governadores publicamente divergentes às posições do Planalto. Para além, esperava-se medidas mais substanciais e isso não ocorreu. Ao longo da tarde, a primeira coletiva do Ministro da Saúde foi igualmente vista sem entusiasmo. Por isso, no início da tarde desta 4ª feira, lideranças do Congresso (articuladas pelo Centrão) coordenaram um conjunto de medidas: o Colégio de Líderes da Câmara anunciou a paralisação pelos próximos 15 dias da tramitação naquela Casa de quaisquer proposições que não digam respeito a medidas de combate à Covid-19. No Senado, em sessão de debates convocada para ouvir o Chanceler Ernesto Araújo, deu-se permissão para “atirar à vontade” na política do Ministério de Relações Exteriores do Governo Bolsonaro. No final do dia, o Presidente da Câmara Arthur Lira fez duro discurso de alerta ao Governo Federal, alertando que, diante de crises como a que vive o país, “os remédios políticos no Parlamento são conhecidos e são todos amargos. Alguns, fatais”.

Por trás destes últimos três dias de tensão, está a necessidade de sobrevivência política das forças do Centrão, que já deu sinais de avançar em sua estratégia de otimização de posições em momentos de crise. Ao aproximar-se de um Governo de ocasião, o Centrão geralmente busca a formação de uma simbiose tendente à estabilidade (que lhe permita acesso a posições que o alimente em seus redutos regionais). Avançando divergências e crises, seus representantes transmitem alertas e sinais de obstrução e, ato contínuo, aumentam as pressões em torno de demandas que o Governo de ocasião não pode negar. Trata-se do momento que vivemos hoje. Havendo possibilidade de restauração de níveis mínimos de estabilidade, a aliança pode se manter. Porém, progredindo uma quadra de crise, inicia-se processo de distanciamento e eventual abandono do Governo. Hoje, o risco desta ocorrência depende





mais do que se decidirá no Planalto daqui para frente do que do que já se pensa no Congresso. No Poder Legislativo, as lideranças já desenharam suas estratégias. Esperam, agora, os próximos movimentos no Palácio da Alvorada.

A volatilidade do cenário político brasileiro e suas variáveis intervenientes nos trouxeram a uma nova e mais grave quadra da conjuntura política. Como dissemos em nossos últimos relatórios, o alerta é o de *Prudência*, com viés de alta para o acirramento do ambiente de crise ao longo do que nos resta da semana.

---

O **Panorama Político**® é um produto exclusivo para seus clientes e está sujeito aos limites de circulação e sigilo estabelecidos pelo termo contratual que propiciou sua produção e distribuição. Sua distribuição para além das pessoas e agentes autorizados é possível mediante autorização expressa e documentada das partes contratantes. Issued in Brasília by OLIMPIO&SONS Ltd.

©OLIMPIO&SONS 2020. The respective key symbols are among the registered and unregistered trademarks of OLIMPIO&SONS. All rights reserved.

